

# Pico já passou, mas restrições serão aliviadas de forma faseada

Especialistas querem testes só com sintomas e máscaras em alguns casos

**Sandra Alves**  
sandra.r.alves@jn.pt

**COVID-19** Certificado digital, uso de máscara, testes massivos à covid-19 e isolamento profilático de coabitantes são medidas que começam a ser questionadas, numa altura em que vários países anunciam o alívio de restrições e Portugal já terá atingido o pico da atual vaga da pandemia. Mas o tema não é consensual.

“Ainda estamos com elevada mortalidade e o vírus está a entrar nos mais velhos mais tarde, pois a onda ómicron foi alimentada sobretudo pela parte escolar”, explica Bernardo Gomes, investigador do ISPUP no Porto. “O pico já foi, mas vamos ter o pico da consequência hospitalar um pouco mais à frente”. Miguel Prudêncio, investigador do Instituto de Medicina Molecular de Lisboa, defende que “o regresso ao normal tem de começar a acontecer”. “Há passos que devem ser dados já”.

**INSA**

## Governo destaca “bons indicadores”

Todas as regiões do país reduziram o índice de transmissibilidade (Rt) do coronavírus SARS-CoV-2 na última semana e o número médio diário de infeções baixou, segundo o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). “São bons indicadores para que possa vir a haver uma adaptação relativamente a esta evolução epidemiológica”, disse ontem o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales.

No topo das prioridades está o fim do isolamento de crianças por coabitação com pai ou mãe positivo. “Isto não pode acontecer e tem de ser alterado rapidamente”, critica. “Se não testa positivo e não tem sintomas”, é preciso “salvaguardar o processo letivo”, frisou o investigador. “Testar massivamente as pessoas sem sintomas é algo que tem de mudar”, diz o investigador. Bernardo Gomes advoga ser “precoce mexer no tempo do isolamento [sete dias]”, mas “pode fazer-se menos testes PCR para que haja um tempo de resposta útil”.

Para o especialista em saúde pública, “há margem para simplificarmos algumas restrições, como os certificados”, que são obrigatórios na hotelaria e restauração e o fim das lotações. Defende a necessidade de melhorar a ventilação dos espaços “em que as pessoas não consigam usar máscara” (como é o caso das crianças nas creches e escolas). Mas devemos manter o uso, por exemplo, em “serviços públicos, transportes públicos, instituições de saúde e lares”, de forma a proteger pessoas mais vulneráveis.

Miguel Prudêncio diz que o uso de máscara “deve ser uma norma obrigatória em contexto de urgência hospitalar” e “quem tiver sintomas deve ter um comportamento adequado porque pode transmitir”, seja covid ou outra infeção respiratória. “Temos de começar a olhar para a covid como mais uma infeção de um vírus respiratório”, mas “com civismo”, “é fundamental que esse convívio [com o SARS-CoV-2] não se traduza em consequências graves para a saúde de grupos mais vulneráveis”.